

# O digital é político: ativismo bissexual e apropriações das mídias digitais

*The digital is political: bisexual activism and appropriation of digital media*

■ Helena Mônico; Danieli Klidzio

## Resumo

A partir de observações etnográficas de nossas pesquisas realizadas entre 2019 e 2021 com sujeitos, coletivos bissexuais e em espaços digitais de sociabilidade, objetivamos neste artigo explorar o ativismo bissexual de acordo com seus usos das mídias digitais. Problematizamos a não neutralidade dos ambientes e das produções no digital com foco na bissexualidade para argumentar, parafraseando o bordão feminista, que o digital é político pois é campo de disputas, sendo íntimo às lutas cotidianas na medida em que reproduz condições de (des)igualdade social, sexual e de gênero. Observamos que, assim como outros grupos, bissexuais têm dado passos importantes nos últimos anos com apropriações do digital em um movimento de produção de referências e visibilidades, que se intensificaram no período da pandemia de Covid-19. Concluímos que, a ampliação do consumo de conteúdo e das redes de troca de experiências entre bissexuais a partir do digital tem se mostrado central para a sociabilidade e organização política desses sujeitos.

## Palavras-chave

Bissexualidade; Mídias digitais; Ativismo; Monodissidência; LGBTQIAP+.

## Abstract

Based on our research's ethnographic observations carried out between 2019 and 2021 with bisexual subjects and groups, as well as observations of digital spaces of sociability, in this article, we explore bisexual activism in terms of its uses of digital media. We discuss the non-neutrality of digital environments and productions, focusing on bissexuality, to argue, paraphrasing the feminist catchphrase, that the digital is political since it is a field of disputes that is intrinsic to everyday struggles as it reproduces conditions of social, sexual, and gender (in)equality. We note that bisexuals, like other groups, have taken important steps in recent years towards the appropriation of

the digital, producing references and visibility, a tendency that was intensified during the Covid-19 pandemic. We conclude that the expansion of digital content creation and consumption, as well as bisexual networks for exchanging experiences, is central to these subjects' sociability and political organization.

## Keywords

Bisexuality; Digital media; Activism; Monodisidence; LGBTQIAP+.

## Introdução

As discussões realizadas neste artigo são provenientes da pesquisa de mestrado da primeira autora (MONACO, 2020a), realizada entre janeiro e abril de 2019 junto ao coletivo denominado B<sup>1</sup> que atua na cidade de São Paulo. Conforme a bibliografia ainda incipiente sobre coletivos, as plataformas digitais aparecem como elementos importantes para a mobilização e a disseminação de informações a partir de organizações desta ordem. Além disso, partimos da pesquisa da segunda autora que, ao abordar estereótipos e invisibilidade da bissexualidade e da pansexualidade a partir de experiências de mulheres jovens e universitárias em Santa Maria-RS (KLIDZIO, 2019), percebeu a importância do acesso a conteúdos pelo meio digital para seus processos de reconhecimento, desde o contato com a palavra bissexual (SIQUEIRA e KLIDZIO, 2020), questão que também integra reflexões prévias de sua pesquisa de mestrado em andamento sobre bissexualidade e mídias digitais<sup>2</sup>. Adicionalmente, partimos de algumas observações realizadas por nós de forma exploratória e colaborativa, no curso Etnografia em Tempos de Pandemia<sup>3</sup>, realizado entre maio e dezembro de 2020 no âmbito das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria sob a coordenação de Jurema Brites e Alisson Machado. Tal pesquisa foi realizada através da observação de perfis e conteúdos sobre bissexualidade veiculados em plataformas digitais como Instagram, YouTube e também em plataformas de podcasts<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> O nome do coletivo informado neste artigo é fictício, de modo a preservar a identidade dos integrantes e proteger os espaços criados por ele de possíveis ataques ou perseguições.

<sup>2</sup> A pesquisa está em desenvolvimento no período de 2020-2022 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Objetiva analisar as mídias digitais, especialmente redes sociais como o Instagram, enquanto campo de produções e comunicações ativistas, considerando a criação de conteúdos sobre bissexualidade e as organizações a nível nacional de ativistas e de pessoas pesquisadoras em torno da bissexualidade e da monodissidência.

<sup>3</sup> Agradecemos às pessoas participantes do curso que teve como proposta o exercício da etnografia colaborativa e nas mídias e em especial ao nosso grupo de trabalho "Mídias digitais, coletividade e gênero" pelo debate sobre nosso tema.

<sup>4</sup> Instagram é um aplicativo para dispositivos móveis, também disponível para acesso na versão web por um computador. Criada em 2010, trata-se de uma rede social com foco principalmente no compartilhamento de imagens e vídeos curtos, comportando atualmente a realização de transmissões ao vivo que podem ficar salvas como vídeos na plataforma, entre outras funcionalidades. Youtube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos criada em 2005 e comumente utilizada para assistir vídeos, ouvir músicas e atualmente para transmissões ao vivo e eventos em meio a pandemia. Podcasts são programas de áudio com o objetivo de informar sobre diferentes temas e assuntos, podendo ser notícias ou programas de debates e humor. São disponibilizados arquivos em áudio que podem ser ouvidos em diferentes plataformas como Google Podcasts ou Spotify.

No presente trabalho, temos o objetivo de explorar as apropriações das mídias digitais pelo ativismo bissexual, seja a partir de coletivos ou por sujeitos de maneira independente. Compreendemos ativismo enquanto múltiplas possibilidades de mobilização, desde o compartilhamento de informações sobre bissexualidade a partir de perfis do Instagram, que buscam promover um olhar crítico e de visibilidade desta sexualidade, até a organização de coletivos e ações, tal como a Frente Bissexual Brasileira criada em 2020 no contexto pandêmico e on-line, e o coletivo B que já em 2010 articulava-se localmente e off-line, mas também através das mídias digitais. Por sua vez, compreendemos o digital enquanto múltiplas mídias e fluxos on/off-line que têm como ponto de partida a produção de conteúdo e relações permeadas pelas tecnologias digitais. Sendo assim, “o digital” não existe em si, podendo ser encarado como um conjunto de relações e que emerge na prática (HINE; PARREIRAS; LINS; 2020; MILLER; HORST, 2015).

Desde o início do ano passado (2020) vivemos a pandemia de Covid-19, caracterizada atualmente como uma crise sanitária e humanitária. Em meio a isso, muitas pesquisas acadêmicas recorrem às mídias digitais por um olhar metodológico, considerando-as enquanto ferramentas de pesquisa, bem como por um olhar teórico enquanto campo. Mas, antes disso, o campo dos estudos da internet e das diferentes mídias digitais já vinha dando atenção, por meio da Antropologia Digital, à produção de conhecimento a partir dos espaços de sociabilidade e da produção de si, mediados pela tecnologia e incorporados cotidianamente (HINE; PARREIRAS; LINS, 2020). Similarmente, os estudos sobre ativismo desde movimentos da década de 1990 consideram a relação constitutiva dos movimentos sociais com as diferentes mídias (ALCÂNTARA, 2015). A partir disso, tomamos as mídias digitais enquanto meio e campo de pesquisa, observando sua centralidade no ativismo bissexual brasileiro, uma vez que permitem a formação de redes de sociabilidade e a criação de espaços seguros de convivência e troca entre sujeitos subalternizados.

Enquanto bissexuais e pesquisadoras da bissexualidade, com o isolamento físico que temos mantido em nossas casas experienciamos nos primeiros meses após o acirramento da pandemia de Covid-19 no Brasil, seja participando ou assistindo, um grande número de transmissões ao vivo nas mídias digitais – chamadas, nesse contexto, de *lives* – que tratavam do tema. Isso aconteceu com inúmeros assuntos, onde projetos e iniciativas acadêmicas, bem como organizações sociais e de entretenimento, viram na realização de eventos em plataformas on-line o novo modo de operação da comunicação que antes dava-se preferencialmente de maneira presencial off-line. Entretanto, no caso da temática da bissexualidade, não se trata de uma simples transposição de eventos face a face para o formato on-line, pois antes do advento da pandemia já eram raros os espaços físicos que abordassem o tema. Por outro lado, pesquisas demonstram que a internet já vinha ganhando um papel central no reconhecimento de pessoas enquanto bissexuais e na constituição de redes bissexuais na atualidade (LEÃO, 2018; MONACO, 2020a; SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020;), tendência que, conforme argumentamos neste artigo, se fortaleceu durante o período atual de crise sanitária.

Destarte, espaços de sociabilidade bissexual vêm sendo criados nas (e a partir das) mídias digitais, como a já mencionada Frente Bissexual Brasileira. A Frente é fruto da articulação nacional de coletivos e ativistas independentes, que tornou o ano de 2020 histórico para o movimento bissexual brasileiro, haja vista as transformações em função do rompimento dos limites geográficos possibilitado pelo digital e do afastamento de espaços

públicos físicos com a emergência da pandemia. Estas transformações levaram parte da mobilização política, intervenções artísticas e a promoção de eventos como para o formato on-line.

Além da criação da Frente Bissexual Brasileira, outras iniciativas surgiram ou migraram para o digital, se expandindo principalmente a partir do Instagram e fazendo uso de plataformas de videoconferência para reuniões, como é o caso do Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade - GAEBI (@gaebi\_pa<sup>5</sup> no Instagram), e de páginas e perfis direcionados a discutir bissexualidade. Como exemplos de perfis de pessoas ou grupos que tratam dessa temática citamos o Bi na Mídia (@binamidia<sup>6</sup>), administrado por uma estudante de comunicação para tratar da representação bissexual na mídia e no audiovisual de modo geral; o BiCine (@bicinefestival<sup>7</sup>), que surgiu a partir de um projeto acadêmico para promover e debater representação e visibilidade bissexual no cinema, e o perfil de Nick Thomás (@nicknagari<sup>8</sup>) que é produtor de conteúdo sobre bissexualidade e também transgeneridade, a partir, inclusive, de referências acadêmicas. Também há perfis de podcasts sobre bissexualidade como o Biscoito Podcast (@biscoitopodcast<sup>9</sup>), o Bisão Voador (@bisaopodcast<sup>10</sup>) e o Bi Sem Carteirainha (@bsemcarteirainha<sup>11</sup>), além de diversos perfis que mesclam conteúdo informativo e humorístico sobre bissexualidade criados a partir de 2020. Adicionalmente uma dessas iniciativas, focada na divulgação científica, é o perfil Bi-biblioteca (@bi\_\_biblioteca<sup>12</sup>) idealizado e administrado pelas duas autoras deste artigo com o objetivo de facilitar o acesso a pesquisas sobre bissexualidades produzidas no Brasil e no exterior. Tal iniciativa, inclusive, nos permitiu uma aproximação maior com o tema por um olhar interno sobre as dinâmicas de produção e circulação de informação nas mídias digitais, especialmente no Instagram.

O artigo se divide em duas seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira é mais breve e nela contextualizamos o digital como um conjunto de ambientes de atuação política e de sociabilidades bissexuais a partir da construção de espaços e subjetividades nas mídias digitais. Na segunda seção descrevemos a conjuntura dos movimentos bissexuais brasileiros, algumas de suas características e especificidades, sobretudo no que diz respeito a demandas em torno da invisibilidade e do não-lugar, considerando as mídias digitais como campo de produção de visibilidades por diferentes setores dos movimentos e grupos bissexuais brasileiros. Consideramos os usos do digital no ativismo usando como exemplos a atuação do coletivo B e a criação da Frente Bissexual Brasileira nas articulações nacionais.

## O digital como ambiente de atuação política

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/gaebi\\_pa](https://www.instagram.com/gaebi_pa) Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/binamidia> Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/bicinefestival> Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/nicknagari> Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/biscoitopodcast> Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/bisaopodcast> Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/bsemcarteirainha> Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/bicinefestival> Acesso em: 24 jul. 2021.

A literatura recente tem demonstrado a importância crescente das mídias digitais na política contemporânea (CASTAÑEDA, 2017; CESARINO, 2019; 2020; JUNGBLUT, 2015). Elas modificam os repertórios de ação e mobilização de movimentos sociais e influenciam diretamente na política partidária e institucional brasileira. Além disso, o digital tem se mostrado cada vez mais um espaço de sociabilidade, em especial para jovens (BOYD, 2008).

danah boyd<sup>13</sup> (2008) descreve quatro propriedades principais da *web* e, especificamente das redes sociais, que as distinguem das interações analógicas. A primeira delas é o princípio da persistência (*persistence*), que diz respeito à possibilidade de comunicação assíncrona. Isso significa que, por poder ser gravado, o período de existência de um discurso ou comunicação é estendido. O segundo princípio é o da buscabilidade (*searchability*) que, derivado do primeiro, diz respeito à possibilidade de encontrar discursos e dados gravados e identificados textualmente através de mecanismos de busca e descoberta. Já o terceiro princípio é o da replicabilidade (*replicability*) que refere-se à possibilidade de copiar ou reproduzir o conteúdo compartilhado de modo que as “cópias” se tornam indistinguíveis do “original”. Por fim, o quarto princípio é chamado por boyd de audiências invisíveis (*invisible audiences*), pois, diferente das interações face a face, no digital nem sempre é possível identificar as pessoas que estão participando ou testemunhando nossa comunicação. Conforme a autora, na verdade é virtualmente impossível identificar todas as pessoas que podem ter contato com nossas expressões nos meios digitais.

Entretanto, Eliane Freitas (2017) nos lembra que a internet não é algo homogêneo e universal; é uma rede, com diversos segmentos em que pessoas e grupos se inserem. Isso significa que cada pessoa tem acesso a apenas uma parcela dessa rede e alcança, com suas publicações e interações, uma audiência particular e limitada, embora nem sempre conhecida e que se convencionou chamar de “bolhas” (PARISER, 2012). Essa audiência pode ser maior ou menor a depender da personalidade ou grupo em questão, mas nunca corresponde à totalidade da rede chamada genericamente de internet. São as pessoas que criam suas próprias redes cotidianamente com suas ações, interagindo com seus pares, celebridades e conhecidos (FREITAS, 2017). Dito de outro modo, a internet e os ambientes digitais não são algo dado, mas invenções locais (MILLER; HORST, 2015), sendo a rede entendida como uma produção social plástica e em constante transformação (RAMOS; FREITAS, 2017).

Nesse sentido, o digital não é homogêneo porque é usado e vivido de modos específicos e distintos por cada pessoa ou grupo, que criam estilos de vida em rede. Esses estilos, por sua vez, não são simples transposições de práticas analógicas para o digital e sim dinâmicas que emergiram na própria rede, e, portanto, só fazem sentido nesse contexto (RAMOS; FREITAS, 2017). A criação de espaços digitais de sociabilidade bissexual fez emergirem formas de sociabilidade e subjetividades bissexuais, antes inexistentes. Foram criados símbolos, gostos e humores não apenas bissexuais, mas específicos a uma sociabilidade bissexual digital. Isso se materializa em uma linguagem própria, como no uso

---

<sup>13</sup> Utilizamos a grafia do nome de boyd em letras minúsculas em respeito à preferência e postura crítica da autora em relação ao uso de maiúsculas (*capitalization*), conforme argumentado em seu blog. Disponível em: <https://www.danah.org/name.html>. Acesso em: 29 jul. 2021.

de linguagem neutra<sup>14</sup> a partir da articulação entre movimentos bissexuais e trans, bem como nas complexas formas de classificação da sexualidade<sup>15</sup> empregadas nesses meios, na estética e nos memes (FONTANELLA, 2009) compartilhados por personalidades famosas no meio, em grupos e páginas bissexuais nas redes sociais.

Jair de Souza Ramos (2015) argumenta que a internet não é uma novidade absoluta em termos de conexões humanas, mas parte de uma história mais ampla de produção dessas conexões. Desse modo, o digital não é um mundo virtual supostamente oposto ao mundo real, mas uma continuidade na produção humana de criação de conexões. Para Ramos, a novidade do ciberespaço é sua relativa descontinuidade em comparação com a territorialização de espaços físicos, uma vez que o espaço social produzido pelas redes de computadores não depende de bases geográficas. Assim, a materialidade dessa rede se daria, antes, pela informação e seus modos de transmissão (RAMOS, 2015; RAMOS; FREITAS, 2017).

Débora K. Leitão e Laura Graziela Gomes (2017) propõem tratar as plataformas digitais como ambientes, já que a noção de espaço continua existindo com as mídias digitais que abarcam modos de vida específicos. As autoras traçam um paralelo entre plataformas digitais e cidades de modo a investigar as dinâmicas de vida e de circulação que se apresentam, que são construídas e naturalizadas por seus habitantes. Assim, os meios e tecnologias digitais podem ser entendidos como parte dos mundos cotidianos que habitamos e das relações que tecemos, que se inserem em contextos mais amplos (PINK et al, 2019). Propomos, aqui, pensar as redes tecidas por sujeitos bissexuais nas mídias, isto é, o que estamos chamando de espaços digitais de sociabilidade bissexual, como espaços bissexuais (HEMMINGS, 2002) que se apresentam como lugares de sociabilidade e de ativismo.

## Movimentos bissexuais brasileiros e internet

Os primeiros movimentos bissexuais emergiram nos anos 1970 a partir de insatisfações com as políticas identitárias gays e lésbicas, principalmente nos Estados Unidos e em outros países do chamado norte global (CALLIS, 2009; VAN ALPHEN, 2016). No Brasil, isso aconteceu muito mais tarde, por volta dos anos 2000 (LEÃO, 2018), mas de maneira não muito diferente, pois deu-se a partir de conflitos de ativistas bissexuais com

---

<sup>14</sup> Linguagem neutra é um tipo de linguagem, oral e escrita, sem marcação de gênero e que recusa o uso do “masculino genérico”. Uma descrição exaustiva dessa linguagem extrapola os objetivos deste artigo, porém, sua gramática consiste na adaptação de palavras já existentes na língua portuguesa de modo a eliminar a marcação de gênero, usualmente trocando as letras “a”, “o” e “e” que marcam gênero por alternativas com “e” e “u”. Por exemplo, nos pronomes “elu” ao invés de “ela” ou “ele” e no artigo “e” ao invés de “a” ou “o”.

<sup>15</sup> No contexto estudado, a sexualidade não é classificada apenas a partir do sexo/gênero do objeto de desejo ou parceria sexual, mas também por critérios como o tipo de desejo e o grau de atração afetivo-sexual, contando com categorias como romanticidade e arromanticidade, assexualidade, entre outras. Para uma descrição mais detalhada dessas categorias, ver Monaco (2020a). Sobre assexualidade, ver Brigeiro (2013).

movimentos LGBT<sup>16</sup>. Isso ocorreu porque, conforme indica a literatura, a bissexualidade é, muitas vezes, hostilizada em espaços identificados como LGBT no Brasil (CAVALCANTI, 2007; LEWIS, 2012; LEÃO, 2018) e outros países (ANGELIDES, 2001; HEMMING, 2002; DOMÍNGUEZ RUIZ, 2017).

Mais recentemente, a partir dos anos 2010, as organizações políticas em torno da bissexualidade passaram a tomar a forma de coletivos. Conforme Helena Monaco (2020a), parte dos grupos de ativismo bissexual é criada a partir de organizações mais amplas como resposta a situações de apagamento e bifobia (DOMÍNGUEZ RUIZ, 2017; OCHS, 2005) sofridas dentro de movimentos LGBT; outros são criados como espaços independentes de ativismo bissexual, com relativo afastamento desses movimentos. Estes, em sua maioria, se autodenominam coletivos e atualmente se fazem presentes em vários estados do Brasil, por exemplo: Coletivo Bi-Sides (SP), Bisibilidade (RJ), Coletivo Amora (RS), Coletivo BIL (MG), ComBi (SC), Frente Bi de BH (MG), Frente Bi (PI), Maria Quitéria (PB), MovBi (PB), Visibilidade Bahia (BA)<sup>17</sup>. Além disso, cada vez mais vemos ativistas que se declaram independentes e que atuam de forma autônoma, seja através da produção de conteúdo informativo ou depoimentos pessoais para redes sociais digitais, seja em parcerias eventuais com organizações formais e coletivos, como é o caso de muitas pessoas participantes da Frente Bissexual Brasileira e produtoras de conteúdos digitais em perfis no Instagram e podcasts.

Vale ressaltar que a literatura sobre organizações autodenominadas coletivos, embora recente e ainda inicial, tem apontado alguns elementos que as caracterizam, como por exemplo, as experiências de ativismo fluidas e dialógicas, que se opõem a estruturas hierárquicas, verticais e formais comumente encontradas em movimentos sociais mais tradicionais e organizações partidárias (BORDT, 1997; GOHN, 2017; LIMA, 2018; MAIA, 2013; PEREZ, 2019; PEREZ; SILVA FILHO, 2017). Nesse sentido, a ideia de coletivo rejeita a forma de atuação de certos movimentos sociais, como o LGBTQIAP+, quando, muitas vezes, privilegia a relação com o Estado em detrimento de suas “bases” (LIMA, 2018). Em meio a isso, pesquisas identificam que em coletivos bissexuais há um afastamento em relação a organizações e movimentos LGBTQIAP+, pois estes tendem a excluir, deslegitimar e violentar ativistas bissexuais (CAVALCANTI, 2007; LEÃO, 2018; LEWIS, 2012; MONACO, 2020a).

Para os objetivos do presente artigo, destacamos que, na atuação de coletivos, as mídias digitais e suas tecnologias têm sido apontadas como importantes ferramentas. De fato, Gretha Maia (2013) afirma que as redes sociais assumiram a função de trabalho de base

<sup>16</sup> Ao longo do texto utilizamos preponderantemente a sigla LGBTQIAP+, com exceção de casos argumentativos ou contextuais como este, que refere-se a um determinado período histórico onde a expansão da sigla ainda não era tão presente, ou onde a bibliografia que referenciamos faz uso apenas de “LGBT”. A sigla “LGBTQIAP+” é uma versão mais recente e em expansão. Refere-se, respectivamente, a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, *queers*, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras possíveis identidades. Optamos pela inclusão de pansexuais buscando visibilizar esta identidade por vezes ocultada sob o entendimento de que estaria representada no guarda-chuva bissexual (EISNER, 2021). Adicionalmente, mantemos a categoria *queer* que, apesar de não ser expressiva em contexto nacional e não configurar-se como uma identidade, tem se mostrado relevante em alguns contextos, sobretudo digitais, com seu uso crescente para denotar diferentes identificações, corpos e práticas dissidentes.

<sup>17</sup> Alguns destes coletivo, como o BIL e o Maria Quitéria não são formados exclusivamente por bissexuais, incluindo mulheres bissexuais e lésbicas, mas têm atuação importante no ativismo bissexual brasileiro.

para os coletivos, já que ampliam a mobilização e a organização de grupos. De forma semelhante aos coletivos, as redes sociais seriam propostas fundadas em laços de confiança, solidariedade e horizontalidade (MAIA, 2013) e por isso se associam facilmente aos ideais coletivistas. Nessa direção, Maria da Glória Gohn (2017) argumenta que a internet e a popularização dos aparelhos móveis possuem grande potencial de mobilização e suscitam formas de sociabilidade distintas das estruturas institucionalizadas. Por criarem narrativas a respeito dos conflitos e aumentarem seu acesso por meio das mídias digitais, os coletivos têm grande poder de formação da opinião pública. Nas palavras da autora, “as redes sociais virtuais, digitais, são a forma mais básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos” (GOHN, 2017, p. 25).

Além disso, destacamos que o ativismo bissexual digital ao qual nos referimos tende a ser composto majoritariamente por jovens, apontados como o grupo que compõe cada vez mais práticas onde há menor diferenciação entre a pessoa ou a organização ativista e o público com o qual este ativismo se preocupa. Juntamente com a horizontalidade, esta é uma característica de organizações que possuem maior “plasticidade das iniciativas ativistas” conforme apontam Regina Facchini, Íris do Carmo e Stephanie Lima (2020, p. 10). Com base na contextualização das autoras, isso se dá pois a experiência é tomada como motor das mobilizações sendo comum que muitas pessoas compartilhem de determinadas vivências e, portanto, colocam-se enquanto agentes. Desse modo, com a simples possibilidade de encontro e diálogo entre pares sobre as questões que atravessam a bissexualidade constrói-se um campo de sociabilidades que é também arena política. O GAEBI, que mencionamos na introdução, por exemplo, atualmente reúne no meio digital pessoas que estudam e discutem sobre a bissexualidade academicamente, mas também compreende o âmbito das experiências pessoais, caracterizando-se como um espaço de acolhimento e sociabilidade.

Outro exemplo é o coletivo B, fundado em 2010 na cidade de São Paulo como uma iniciativa para articular redes de bissexuais para compartilhar informações sobre bissexualidade, principalmente através de um *blog* homônimo ao coletivo. Desde sua criação, portanto, o digital se mostrou central para o ativismo e a articulação das ações do coletivo. Alguns anos após sua formação, foi criado um grupo no Facebook que, durante a pesquisa de campo de Helena Monaco realizada em 2019, contava com mais de 4 mil membros e agia como um local importante para a formação política de bissexuais. Nos ambientes digitais desse coletivo é possível perceber uma ampliação das mobilizações proporcionada pelas tecnologias, em conformidade com as análises de Gohn (2017). Durante o período da pesquisa o grupo do Facebook era composto por milhares de bissexuais de todo o Brasil, integrantes ou não do coletivo B, que conversavam entre si, compartilhavam relatos de experiências, dúvidas e inquietações, além de construir narrativas e pautas de mobilização. Tratava-se de um grupo fechado de acordo com a classificação do Facebook, o que significa que novos membros precisavam de aprovação da moderação para entrar, publicar, visualizar e interagir com publicações. Para solicitar a entrada era necessário responder a algumas perguntas que tinham o objetivo de avaliar o perfil e as intenções da



pessoa<sup>18</sup> com a finalidade de criar uma comunidade segura para pessoas bissexuais (MONACO, 2020b).

Em meio a isso, uma das principais demandas dos movimentos bissexuais na atualidade, de maneira geral, diz respeito à visibilidade bissexual. Tal fato decorre da invisibilidade da bissexualidade em diferentes espaços, sejam eles considerados heterossexuais como a grande mídia tradicional, ou identificados como espaços de ativismo LGBTQIAP+, de lazer e sociabilidade, como bares e festas frequentadas por este público ou mídias alternativas. Tal cenário vem sendo identificado por ativistas e teóricas da bissexualidade já há algumas décadas e os motivos encontrados podem ser divididos em dois grandes grupos: apagamento e dificuldades de representação.

A ideia de apagamento da bissexualidade sugere que sua invisibilidade não é acidental, mas fabricada, e que responde a interesses específicos nesse apagamento como o interesse na estabilização das categorias de orientação sexual exclusivas, na manutenção do sexo como uma forma dominante de diferenciação e na proteção das normas de monogamia. Esses interesses, de acordo com Kenji Yoshino (2000), são o que leva heterossexuais e homossexuais a firmarem um contrato epistêmico de apagamento bissexual que se materializa principalmente em três formas: apagamento de classe, apagamento individual e deslegitimação.

Já a dificuldade de representação pode ser entendida como um resultado deste contrato epistêmico de apagamento bissexual que produz uma lógica monossexista em todos os espaços, de modo que a bissexualidade se torna inimaginável e ininteligível. Assim, ao romper com a monossexualidade<sup>19</sup>, a bissexualidade se coloca em uma posição particularmente precária no imaginário contemporâneo sobre sexualidade, que se reflete em práticas e condições materiais de existência de pessoas bi. Um desses efeitos é a quase inexistência de espaços identificados como especificamente bissexuais, já que pela ótica hierarquizante de sexualidades, todos os espaços, a princípio, são considerados heterossexuais. Entretanto, quando um espaço não é visto como heterossexual, ele é considerado uma exceção à norma e é imediatamente imaginado e identificado como um espaço homossexual; ou seja, o escape à norma heterossexual tende a ser imaginado como homossexual e não como bissexual ou assexual. Em decorrência da invisibilidade, a bissexualidade se torna não apenas um não-lugar do ponto de vista da classificação das sexualidades, mas uma sexualidade *sem* lugar no sentido literal do termo: sem espaços passíveis de serem construídos e povoados como bissexuais.

Nesse sentido, as mídias digitais, e particularmente as chamadas redes sociais, se apresentam como possibilidades de criação de espaços de sociabilidade bissexuais que independem da territorialidade dominada pela lógica monossexual. O digital apresenta a oportunidade de criação de uma multiplicidade de representações da bissexualidade, não apenas centrada em estereótipos ou na sua negação. Conforme argumenta Shiri Eisner

---

<sup>18</sup> As perguntas diziam respeito à atração sexual, alinhamento político e intenções relacionadas à entrada no grupo, isto é, a pessoa solicitante precisava confirmar ciência de que não se tratava de um grupo para encontrar parceiras para relações sexuais a três (MONACO, 2020a; 2020b).

<sup>19</sup> Monossexualidade configura-se como uma categoria que nomeia as sexualidades que possuem orientação afetiva e/ou sexual voltada para um gênero, como a heterossexualidade e a homossexualidade.

(2021), a simples negação cria uma imagem espelhada da bissexualidade estereotipada, ou seja, uma bissexualidade assimilável, que muitas vezes não é possível (ou desejável) alcançar. Assim, o digital se mostra potente pela possibilidade de criação de diferentes referências bissexuais a partir das próprias epistemologias bissexuais. Logo, a tendência é que haja múltiplas representações da bissexualidade, que por apresentar-se como fluída em si mesma, não é passível de representação em uma única imagem.

Em ambientes digitais bissexuais aos quais tivemos acesso, relatos de “descoberta”, entendimento ou “saída do armário” sobre a própria bissexualidade se fazem presentes na maioria das vezes, seja qual for o veículo. Tais narrativas são uma forma potente de criação de uma comunidade pelo compartilhamento de experiências. A necessidade de narrar a bissexualidade como processo de descoberta mostra que ela – a bissexualidade – não aparece de antemão como algo dado na vida das pessoas que se identificam dessa forma; mas que, ao contrário, é vital construir a subjetividade bissexual como rompimento das estruturas e expectativas monossexistas que circundam o imaginário da sexualidade contemporaneamente. E é no contar-se bi para um público, ou audiência, para usar as palavras de boyd (2008) – audiência esta que também se coloca como bissexual – que essas experiências tomam a forma de experiências partilhadas. Em outras palavras, contar-se bi em contextos bissexuais é ao mesmo tempo criar e encontrar um espaço genuinamente bissexual, onde o acolhimento da bissexualidade torna-se possível. Nesse sentido, o digital é um lugar de novas formas de atuação política, que se pautam na produção e divulgação de informações.

Isso é possível porque, nas mídias digitais, a criação de visibilidade e representações se dá por parte de sujeitos bissexuais mais facilmente em diálogo com seus pares, sem a dependência de estruturas monossexuais previamente dadas<sup>20</sup>. São tecidas bolhas de convívio e difusão de informação sobre bissexualidade, pois não se trata de ocupar espaços previamente existentes e que excluía bissexuais, mas de criar novos espaços habitáveis por esses sujeitos. Assim, as mídias digitais permitem criar e tentar controlar narrativas sobre a bissexualidade, invisibilizada em outros meios, se apresentando como uma ferramenta importante de combate às opressões. O digital vem sendo produzido como espaço de sociabilidade e mobilização política bissexual, tendência que, conforme mencionado anteriormente, se acentuou com o advento da pandemia de Covid-19 com a ampliação dos espaços digitais de organização e ativismo bissexual.

Por esses motivos, argumentamos que os usos das mídias digitais por ativistas bissexuais podem ser caracterizados como ativismo digital ou como ciberativismo, ou seja, como formas de ação política no ciberespaço (JUNGBLUT, 2015), e a partir das mídias digitais, embora ocorra de maneira diferente do que se costuma entender como ação política em contextos analógicos. Nesse sentido, o digital não aparece apenas como uma forma de otimizar, automatizar ou potencializar ações políticas que podem ser caracterizadas como

---

<sup>20</sup> Não queremos dizer, com isso, que o monossexismo não está presente no digital, seja nas plataformas, algoritmos ou nas violências bifóbicas. Queremos dizer que o espaço físico é territorializado de forma monossexista pois todos os espaços são divididos entre hétero e homossexuais, ao passo que no digital é possível criar espaços novos, como grupos, perfis ou podcasts, por exemplo, que não foram previamente demarcados como hétero ou homossexuais e, assim, podem ser povoados como espaços bissexuais.

mais tradicionais ou analógicas. Ele é um fator de transformação do fazer político que vem se mostrando crucial para o ativismo bissexual brasileiro.

A partir dessas observações, pode-se pensar em um ativismo cotidiano no digital não como “grandes” atos políticos organizados por movimentos sociais estabelecidos, mas como uma dinâmica de circulação de saberes e criação de um *ethos* do grupo. Nesses espaços o que se percebe é uma criação de um *nós* bissexual por meio de memes, fotos, cores e símbolos, que possibilitam visualizar bissexuais como sujeitos. Nesse sentido, ressaltamos a representatividade e o conforto gerado pelo entretenimento ativista nos ambientes digitais para o público monodissidente ou LGBTQIAP+ de modo mais amplo. Por meio dos tensionamentos que combinam sociabilidade e ativismo, e que também conectam ativismo e debates acadêmicos, sujeitos bissexuais historicamente alvo de violências e agressões psicológicas passam a ser legitimados e validados no acolhimento mútuo, que faz muito mais sentido no encontro entre os pares, cujo elo são experiências dolorosas que criam relações positivas e produtivas. É também este elo de experiências pessoais que conecta o âmbito pessoal ao político em um movimento que, de maneira semelhante ao bordão “o pessoal é político” que caracteriza pautas da chamada segunda onda feminista, apoia a ideia de que o digital também é político. Isso se dá na medida em que o digital e as relações e referências criadas a partir das mídias são campo de disputas, e portanto, não neutras pois são intrínsecas às lutas cotidianas, dado que reproduzem condições de (des)igualdade social, sexual e de gênero, bem como possibilidades criativas de mobilizações políticas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os espaços de sociabilidade bissexual digitais não são homogêneos, mas perpassados por conflitos e disputas de narrativa envolvidos tanto em posições políticas distintas quanto em marcadores sociais da diferença. Monaco (2020a) cita um conflito entre integrantes do coletivo B no grupo que culminou no rompimento de um integrante negro com o grupo, por considerar que a saúde mental, foco das ações do coletivo naquele momento, seria uma pauta branca e de classe média que, portanto, não atenderia suficientemente as necessidades e urgências de pessoas bissexuais negras e periféricas. Ademais, interlocutores trans afirmaram que, embora espaços bissexuais usualmente sejam mais abertos e acolhedores para pessoas trans do que espaços monossexuais, ainda assim há situações de transfobia, inclusive no grupo do coletivo B, já que ele é composto por uma maioria de pessoas cisgêneras. São recorrentes, portanto, situações de fetichização de corpos trans, binarismos de gênero e o uso de linguagem transfóbica ou desrespeito aos pronomes de pessoas trans não-binárias, que levam a fortes embates e discussões.

Ademais, afirmar que o digital é político, para além de atentar aos usos e intimidades das redes como comumente relacionados a pautas públicas e coletivas, implica entender as próprias dinâmicas das plataformas digitais como também estabelecidas cultural e socialmente. Nesse sentido, mais do que um campo de disputas no âmbito dos direitos de grupos sociais, o digital é campo de relações de poder e controle por parte do agenciamento das plataformas. No consumo de conteúdo nos encontramos reféns de uma identidade algorítmica (CHENEY-LIPPOLD, 2011), bem como de exigências algorítmicas sobre a produção de conteúdo nas diferentes plataformas. Em meio a isso, cabe ressaltar que o imperativo da bolha e a construção de uma identidade algorítmica, apesar de significarem uma relação de controle a partir da personalização do consumo (PARISER, 2012), podem justamente contribuir para a imersão de pessoas bissexuais em conteúdos e iniciativas

voltadas para este público, como destacamos ao longo do trabalho. No entanto, esta é uma relação que necessita de maior investigação.

## Considerações finais

Dado que o digital, assim como o pessoal, é político, nossas pesquisas têm demonstrado que os processos de aceitação e reconhecimento da sexualidade – em especial no caso de sexualidades monodissidentes – se dão em um desenvolvimento permeado pelo consumo e produção de conteúdo advindo ou veiculado no que se chama genericamente de internet, mas mais marcadamente nas chamadas redes sociais e outros espaços como *blogs*, plataformas de vídeo, aplicativos de mensagens instantâneas para celular e *sites* informativos.

Levados a lidar com noções preconceituosas sobre o gênero e a sexualidade, sujeitos LGBTQIAP+, e aqui consideramos principalmente bissexuais, podem encontrar nas mídias digitais a possibilidade de ampliação de seus círculos de sociabilidade e de escuta entre pares. Isso foi visto tanto em contexto interiorano, no caso de pesquisa realizada por Klidzio (2019), quanto no caso de pessoas advindas de uma grande metrópole, na pesquisa de Monaco (2020a) com ativistas de São Paulo. A respeito de contextos interioranos e rurais, convém salientar que a busca por informações na internet é resultado da falta de debates sobre gênero e sexualidades em muitas famílias, escolas e na televisão, em especial quando se trata de identidades monodissidentes. Mas mesmo em centros urbanos, onde, em geral, supomos que haja acesso fácil a informações sobre gênero e sexualidade, a necessidade de voltar-se ao digital para falar sobre bissexualidades se faz tão presente quanto. Isso ocorre porque, mesmo em locais onde a diversidade sexual e de gênero é o tema em pauta, as monodissidências permanecem invisibilizadas.

Nesse sentido, o digital aparece como um lugar influente na adoção ou aceitação de uma identidade bissexual. Percebemos que as mídias digitais são de extrema importância para que sujeitos passem a perceber a bissexualidade como uma identidade possível, já que pouco se fala dela em outros espaços. Acreditamos que é por esse motivo que o digital mostra-se basilar no ativismo bissexual nacional, pois faz parte da nossa história individual e coletiva como bissexuais. Talvez seja por isso que iniciativas independentes como podcasts e perfis para divulgação de informações, aconteçam tão frequentemente na internet: para ajudar as novas gerações de bissexuais que procuram informações sobre si, buscando se entender e criar referências bissexuais e monodissidentes.

O digital abarca ambientes tidos como referência em narrativas bissexuais individuais e na criação de espaços entendidos como coletivos e contribui na construção de movimentos sociais, corroborando com o que há tempos tem sido apontado como uma relação híbrida de transformação da comunicação e das formas de ativismo. Assim, a bissexualidade, enquanto orientação sexual monodissidente e categoria agregadora para mobilizações políticas, se apoia fortemente nas mídias digitais na atualidade, visando a ampliação e a consolidação de seu ativismo na criação de ambientes de visibilidade e acolhimento.

## Referências

- ANGELIDES, Steven. **A history of bisexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 8, n. 23, p. 73–97, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- BORDT, Rebecca L. How alternative ideas become institutions: the case of feminist collectives. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 132-55, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0899764097262003>. Acesso em: 26 maio 2021.
- boyd, danah. Why youth heart social network sites: The Role of Networked Publics in Teenage Social Life. In: BUCKINGHAM, David (Ed.). **Youth, Identity, and Digital Media**. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge: The MIT Press, 2008. 119–142. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/26085/1004001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 maio 2021.
- BRIGEIRO, Mauro. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, v. 14, n. 14, p. 253-283, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sex/n14/a12n14.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- CALLIS, April S. **Playing with Butler and Foucault: Bisexuality and Queer Theory**. **Journal of Bisexuality**, v. 9, n. 3-4, p.213-233, 13 nov. 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15299710903316513>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CASTAÑEDA, Marcelo. Repertórios de ação em uma esfera pública interconectada: as campanhas da Avaaz. **Revista Antropolítica**, n. 42, p. 92-113, 1. sem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/47087>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual**. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020. Disponível em <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CHENEY-LIPPOLD, John. A New Algorithmic Identity. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p. 164–181, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276411424420>. Acesso em: 24 maio 2021.

DOMÍNGUEZ RUIZ, Ignacio Elpidio Domínguez. *Bifobia: Etnografía de la bisexualidad em el activismo LGTB*. Barcelona/Madrid: Editorial Egales, 2017.

EISNER, Shiri. *Bi: Notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Editorial Linha a linha, 2021.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dpGVh8qs3KhmR8pbSkY7Rvx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2021.

FONTANELLA, Fernando. O que é um meme na Internet? Proposta para uma problemática da memesfera. In: **III Simpósio Nacional da ABCiber - Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura**, São Paulo, 2009.

FREITAS, Eliane Tânia. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 140-162, 1. sem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41893>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

HEMMINGS, Clare. **Bisexual spaces: a geography of sexuality and gender**. New York: Routledge, 2002.

HINE, Christine; PARREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, 2020, p. 1-42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370> Acesso em: 24 maio 2021.

JUNGBLUT, Airton Luiz. Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. Vivência: **Revista de Antropologia**, v. 1, n. 45, p. 13-22, nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8246>. Acesso em: 12 maio 2021.

KLIDZIO, Danieli. **“Será que realmente existe isso?”: Reflexões acerca da bissexualidade e da pansexualidade femininas**. 2019. 64 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, p. 41-65, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884>. Acesso em: 12 maio 2021.

LEWIS, Elizabeth. **"Não é uma fase": construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais**. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo”. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 1, p. 18-34, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12382>. Acesso em: 26 maio 2021.

MAIA, Gretha L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, n. 1, pp. 58-73, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630/pdf>. Acesso em: 26 maio 2021

MILLER, Daniel; HORST, Heather. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, v. 2, n. 3, p. 91-111, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334/352>. Acesso em: 12 maio 2021.

MONACO, Helena. "**A gente existe!**": **ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente**. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a.

MONACO, Helena Motta. Quem cala consente? Ambientes digitais e suas implicações para a pesquisa antropológica. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), v. 29, n. 2, p. 1-19, 31 dez. 2020b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe175295>. Acesso em 2 ago. 2021.

OCHS, Robyn. Biphobia. In: OCHS, Robyn; ROWLEY, Sarah E. (eds). **Getting Bi: Voices of Bisexuals Around the World**. Massachusetts: Bisexual Resource Center, 2005, p. 201-205. Disponível em: <https://robynocho.com/biphobia/>. Acesso em: 26 maio 2021.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREZ, Olívia C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v25n3/1807-0191-op-25-3-0577.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

PEREZ, Olívia C.; SILVA FILHO, Alberto L. A. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, v. 11, n. 1, p. 255-94, 2017. Disponível em: [http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2812/pdf\\_1S](http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2812/pdf_1S). Acesso em: 26 maio 2021.

PINK, Sarah et al. **Etnografía digital: principios y práctica**. Madrid, Ediciones Morata, 2019.

RAMOS, Jair de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 45, p. 57-76, nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8251>. Acesso em: 12 maio 2021.

RAMOS, Jair de Souza; FREITAS, Eliane Tânia. Etnografia digital. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 9-15, 1. sem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41882>. Acesso em: 12 maio 2021.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. **Debates Insubmissos**, p. 186-217, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/246520> Acesso em: 30 jul. 2021.

VAN ALPHEN, Elise. Erasing Bisexual Identity: The Visibility and Invisibility of Bisexuality as a Sexual Identity in the Dutch Homosexual Movement, 1946-1972. **Journal of Homosexuality**, v. 64, n. 2, p. 273-288, abr. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00918369.2016.1179032>. Acesso em: 12 maio 2021.

YOSHINO, Kenji. *The Epistemic Contract of Bisexual Erasure*. **Yale Law School Legal Scholarship Repository**, New Haven, v. 1, n. 1, p. 353-461, 2000. Disponível em: [https://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/4384/](https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/4384/). Acesso em: 12 maio 2021.

*Helena Monaco<sup>1</sup>; Danieli Klidzio<sup>2</sup> - <sup>1</sup>Doutoranda e mestra em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); <sup>2</sup>Mestranda e licenciada em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*